

# O FIM DA ERA MUGABE NO ZIMBÁBUE: MUDANÇA OU CONTINUIDADE?

Nathaly Silva Xavier Schutz<sup>1</sup>

## Introdução

O longo governo de Robert Mugabe, que se iniciou na independência do Zimbábue em 1980, chegou ao fim, quase quarenta anos depois, em 2017. A queda de Mugabe é simbólica: ao mesmo tempo que encerra uma das principais lideranças anticoloniais ainda no poder na África Austral, seria, especialmente na visão dos países ocidentais, o fim de um regime autoritário e a possibilidade de reformas democratizantes.

O Zimbábue apresenta um histórico de crises e conflitos desde sua independência. Os índices de desenvolvimento socioeconômicos do país estão entre os mais baixos do Continente Africano e ele sofre, frequentemente, críticas a suas condições e instituições políticas. O contexto doméstico do país, contudo, é muito mais complexo do que podem traduzir os indicadores e relaciona-se, fortemente, com as suas interações externas.

O fim da era Mugabe traz à tona a expectativa de mudanças, tanto políticas quanto econômicas. O fim de um longo governo, como é o caso em questão, é um momento central na compreensão da trajetória de um país, tanto do ponto de vista histórico, quanto como possível *turning point* para o caminho futuro que será percorrido. Não se deve olvidar, todavia, que, apesar da mudança de figura no poder, existe a manutenção do partido, a União Nacional Africana do Zimbábue (ZANU<sup>2</sup>-PF), indicando importantes traços de continuidade.

O objetivo desse artigo é, a partir de uma análise histórica, compreender os possíveis fatores que condicionaram a saída de Mugabe do governo e as eventuais mudanças nas condições políticas do país. Parte-se do pres-

---

<sup>1</sup> Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Santana do Livramento, Brasil. E-mail: nathalyx@gmail.com

<sup>2</sup> Do inglês, *Zimbabwe African National Union*.

suposto de que as relações externas do país, aliadas às disputas internas da ZANU-PF, foram os fatores decisivos na saída de Mugabe. O artigo está dividido em três partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção, será tratado o histórico de crises que o país apresentou desde sua independência, especialmente as questões relacionadas às eleições e o enfrentamento entre o governo e as forças de oposição. Na segunda parte, a crise recente, que culminou com a queda de Mugabe, será abordada. Por fim, será feita uma análise dos efeitos mais imediatos dessa mudança no poder, bem como as perspectivas para as condições políticas do país no curto prazo.

## Uma história de crises

O Zimbábue foi um dos países africanos a tornar-se independente mais tardiamente, em 1980. Além de tardia, a independência do Zimbábue, ao contrário de outras colônias britânicas na região, foi conflituosa e marcada por um significativo período de luta entre diferentes grupos<sup>3</sup>. O contexto da colonização e da descolonização vivenciados pelo país influenciaram de maneira significativa o surgimento de grande parte dos problemas enfrentados após a independência.

Nas palavras de Ndlovu-Gatsheni (2002, 110):

O estado pós-colonial do Zimbábue foi um produto de particularmente dois importantes legados recentes. Em primeiro lugar, foi um sucessor direto do estado colonial brutal e autoritário. Em segundo lugar, foi um produto de uma luta armada nacionalista prolongada. [...] O terceiro elemento que determinou as perspectivas de paz e a segurança do Zimbábue foram as realidades geopolíticas da região da África Austral.<sup>4</sup>

3 O Zimbábue foi colônia britânica, denominada Rodésia do Sul. Em 1965, a minoria branca declara a independência unilateral do país. O que se segue, até a independência em 1980, é um longo período de enfrentamento entre essa minoria branca, reunida na Frente Rodesiana, e os movimentos nacionalistas de libertação, a União Popular Africana do Zimbábue (ZAPU) e sua dissidência, a União Nacional Africana do Zimbábue (ZANU), liderada por Mugabe.

4 Do original: “*The Zimbabwean post-colonial state was a product of particularly two recent major legacies. Firstly, it was a direct successor to the brutal and authoritarian settler colonial state. Secondly, it was a product of a protracted nationalist armed struggle. [...] The third element that determined the Peace and security perspectives of Zimbabwe was the geo-political realities of the Southern African region.*”.

A crise no Zimbábue iniciou no final da década de 1990, com o estabelecimento de um partido de oposição, o Movimento pela Mudança Democrática (MDC<sup>5</sup>), composto, essencialmente, por membros de sindicatos, trabalhadores urbanos e agricultores brancos. O MDC surge como uma resposta à decisão do governo da ZANU-PF de alterar a Constituição para manter Mugabe como Chefe de Estado. Segundo Cawthra (2010), um *referendum* é realizado para decidir a mudança na Constituição, mas não vence. Nas eleições de 2000, Mugabe perde grande parte do seu apoio com a conquista de cadeiras no legislativo pelo MDC e, com isso, decide retomar as discussões sobre a terra, visando retomar o apoio do eleitorado rural tradicional da ZANU-PF (Alden 2010).

As eleições de 2000 foram acompanhadas por missões de observação externas. Enquanto observadores da Commonwealth e da União Europeia declararam a eleição como ilegítima, as missões da Organização da Unidade Africana e da SADC, apesar de reconhecerem problemas, consideraram que estes foram insuficientes para interferir no resultado final (Minillo 2011).

Esse contexto de instabilidade foi marcado por ações de partidários da ZANU-PF, inicialmente destinada a expulsar os fazendeiros brancos comerciais de suas terras, mas acabou evoluindo também para a corrida eleitoral para a presidência em 2002. É importante destacar, como lembra Farley (2008), que esses atos violentos não foram reprimidos pelas forças do governo, ao contrário disso, as forças policiais foram cúmplices das ações.

Essas ações compuseram um contexto maior de violência e enfrentamentos que antecederam as eleições presidenciais em 2002. As ações dos grupos apoiadores da ZANU-PF incluíram não só manifestações violentas, como também um processo de recenseamento eleitoral fraudulento e, até mesmo, assassinato de candidatos de oposição e seus apoiadores. A conjuntura, assim, era de grande crise, refletindo, em parte, um problema histórico, ainda do período da descolonização, do poder econômico concentrado em uma pequena elite branca (Schutz 2014).

Ao contrário dos países ocidentais, os vizinhos do Zimbábue raramente fazem condenações públicas aos problemas internos do país ou às políticas do governo. Isso se deve, entre outras questões, a aspectos históricos e estruturais. Como destaca Alden (2010), alguns Estados da região, como África do Sul e Namíbia, tinham uma estrutura socioeconômica e política muito semelhante a do Zimbábue, com uma forte concentração da posse das terras e quase nenhum programa de reforma agrária implantado após o fim dos regimes de segregação racial. A postura da África do Sul, em especial,

---

5 Do inglês, *Movement for Democratic Change*.

foi bastante hesitante. Thabo Mbeki, então presidente, adotou a estratégia que ficou conhecida como ‘diplomacia silenciosa’<sup>6</sup>, que consistia em, sigilosamente, aconselhar Mugabe a adotar reformas, mas publicamente, apoiar as suas ações<sup>7</sup>. Para os demais países da região, por sua vez, a postura de Mugabe poderia ser entendida como uma “evocação das campanhas de solidariedade regionais do passado recente (livre tradução nossa)”<sup>8</sup> (Alden 2010, 5).

Da mesma forma, a principal instituição regional, a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), sempre foi bastante resistente em interferir na crise no Zimbábue. Ao contrário disso, a SADC, inicialmente, adotou uma postura solidária em relação ao governo do Zimbábue. Essa postura se altera, parcialmente, na Reunião de Cúpula de 2001, na qual é declarada a preocupação com a situação de crise no Zimbábue e com os possíveis efeitos para a região. Além disso, como lembra Cawthra (2010), Mugabe foi retirado da Presidência da Cúpula do OPDS<sup>9</sup>.

Em 2004, como destaca Modeni (2014), como resultado de recomendações da SADC sobre processos eleitorais<sup>10</sup>, duas modificações são feitas na legislação do Zimbábue. A primeira foi a *Zimbabwe Electoral Commission Act* (ZEC), que criou uma comissão específica para tratar de assuntos eleitorais. A segunda foi a *Electoral Act*, que substituiu a antiga legislação eleitoral com alterações importantes. Destaca-se: a votação em um único dia; a apuração em centros específicos; e a criação de uma Corte Eleitoral.

A crise no país segue se aprofundando nos anos seguintes e, em 2008, na Cúpula da União Africana, é decidido que a SADC deveria, formalmente, atuar como mediadora da crise no Zimbábue. Na Reunião de Cúpula da SADC,

6 Do inglês, ‘*quite diplomacy*’.

7 A justificativa dessa postura, segundo Alden (2010), recaía sobre dois aspectos: o primeiro era econômico, já que o Zimbábue era o principal parceiro comercial da África do Sul no Continente e sanções econômicas teriam um impacto muito grande sobre as empresas sul-africanas. A segunda questão envolvia os efeitos regionais que uma condenação, e possível retirada do poder, de Mugabe pudesse gerar, com um grande fluxo de refugiados e uma desestabilização da região.

8 Do original: “*evoked the regional solidarity campaigns of the recent past*”.

9 Órgão para Política, Defesa e Segurança da SADC.

10 Em 2004, a organização lança o documento denominado Princípios e Diretrizes para Reger Eleições Democráticas na SADC. Além de elencar, especificamente, os princípios que os países membros devem seguir para a condução de eleições democráticas, o documento também trata das Missões de Observação Eleitorais. A realização de Missões de Observação Eleitoral e as próprias mudanças no contexto político da região levaram à necessidade de rever os princípios acordados em 2004. Assim, em 2015, é publicada uma revisão dos Princípios e Diretrizes para Reger Eleições Democráticas na SADC.

alguns meses depois, é indicado o Presidente da África do Sul, Thabo Mbeki, como mediador chefe. A indicação, consoante Cawthra (2011), gerou muitas críticas, especialmente do MDC, que acusava Mbeki de ser pró-ZANU-PF.

A mediação da África do Sul, que se concentrou na tentativa de diálogo entre a oposição e a ZANU-PF, esperava tratar de uma ampla gama de assuntos, mas resultou em alguns pequenos resultados. Como destaca Matlosa (2009), pequenas alterações foram sugeridas em algumas legislações que tratavam das eleições ou de temas relacionados, como a Lei de Acesso à Informação e de Proteção da Privacidade; todas envolviam a necessidade de modificações na Constituição.

Em 2008, ocorrem novas eleições presidenciais. O primeiro turno ocorre sem maiores intercorrências. Entre o primeiro e o segundo pleito, todavia, uma série de ações violentas são praticadas pelos membros do ZANU-PF e seus apoiadores, contra o MDC, culminando com a desistência do candidato de oposição (Mutisi 2015). Além disso, o MDC se mostrava contrário a realização de eleições antes das mudanças propostas pela mediação da SADC e da revisão da Constituição. O segundo turno, por óbvio, leva a vitória da ZANU-PF. A Missão de Observação Eleitoral da SADC indica que as eleições não foram livres e não refletiam a vontade do povo do Zimbábue. Outras organizações e Estados também condenaram o ocorrido no país, acentuando a crise.

Como forma de tentar solucionar a crise, menos de um mês após as eleições, MDC e ZANU-PF assinam um Memorando de Entendimento, estabelecendo a criação de um governo de *power sharing*. O resultado desse documento ficou conhecido como Acordo Político Global (GPA<sup>11</sup>). O GPA, que é assinado ainda em 2008, só irá ter um plano de implementação em 2010.

Um ponto de mudança na postura da SADC teria sido a Reunião de emergência da Cúpula em 2009, na qual foi dado um prazo para Mugabe realizar reformas no sentido da concretização de eleições livres e justas e na implementação do GPA. Na prática, contudo, a mudança de posição não gerou muitos resultados, com pequenas concessões do governo de Mugabe. É forçoso ressaltar, todavia, que juntamente com o GPA, iniciou-se um processo de revisão e adaptação da legislação, culminando em 2013, com a promulgação de uma nova Constituição (Chirambo e Motsamai 2016).

A proposta da nova Constituição foi apresentada, ainda em 2012, por um Comitê Parlamentar. As mudanças incluíam maiores limites para o poder do Presidente e maior independência dos poderes Executivo e Legislativo (Modeni 2014). Após um referendo, ela foi, como já mencionada, promulgada em 2013.

11 Do inglês, *Global Political Agreement*.

Em 2013, novas eleições foram realizadas, mantendo Mugabe e a ZANU-PF no poder e encerrando com o governo de coalizão que tinha sido estabelecido em 2009 (BTI 2016). As lideranças do MDC, mais uma vez, contestaram e pediram por novas eleições, ainda que a Missão de Observação da SADC tenha reconhecido as eleições como legítimas. Os enfrentamentos entre a oposição e as forças do governo seguiram ocorrendo ao longo de 2014, agravados pelo anúncio da ZANU-PF de que Mugabe seria candidato, mais uma vez, nas eleições de 2018 (International Crisis Group 2016).

A crise no país seguiu desenvolvendo-se com ações violentas de todos os lados e, inclusive, disputas internas tanto na oposição quanto no governo. Reflexo dessas disputas é a criação em 2015, de um novo partido, denominado Povo Primeiro<sup>12</sup>, fruto de uma separação dentro da ZANU-PF. Uma das principais questões de desacordo teria sido a possibilidade de que a Primeira Dama, Grace Mugabe, fosse candidata a presidência no lugar do marido.

É importante ressaltar, todavia, que o Zimbábue tinha apresentado sinais de uma gradual melhora nas condições políticas a partir de 2016, segundo os dados da Freedom House<sup>13</sup>. Os relatórios da organização de 2016 e 2017, mostram que tanto os indicadores de liberdades civis quanto de direitos políticos apontam uma tendência de melhora. Seu índice tinha passado de seis para cinco, migrando, assim, da classificação de não-livre para parcialmente livre. O relatório de 2017, todavia, já indicava que, ainda em 2016, as questões sucessórias estavam gerando conflitos e enfrentamentos dentro da própria ZANU-PF. A Associação dos Veteranos da Guerra de Libertação Nacional do Zimbábue (ZNLWVA)<sup>14</sup>, aliado histórico de Mugabe, retirou seu apoio ao Presidente, acusando-o de ditatorial e culpando Grace pelos conflitos no país (FH 2017).

---

<sup>12</sup> Do inglês, *People First*.

<sup>13</sup> A Freedom House é uma organização que realiza um acompanhamento anual das condições políticas dos países no mundo, produzindo um relatório e apontando possíveis tendências. Ela utiliza os indicadores de liberdades civis e direitos políticos gerando um índice que varia de um a sete, sendo um totalmente livre e sete não-livre. Segundo a classificação da Freedom House, um país livre é aquele no qual existe competição política aberta, respeito às liberdades civis, vida cívica independente e meios de comunicação também independentes. Já nos países parcialmente livres, o respeito às liberdades civis e aos direitos políticos é limitado; há, com certa frequência, um ambiente de corrupção e/ou de conflitos étnicos e religiosos, com um fraco Estado de Direito. Além disso, há um cenário político no qual um partido desfruta de uma dominação, apesar de certo grau de pluralismo político. Os países não-livres, por fim, sofrem com a ausência de direitos políticos básicos e de liberdades civis.

<sup>14</sup> Do inglês, *Zimbabwe National Liberation War Veterans Association*.

## A queda de Mugabe

A crise no Zimbábue, gradualmente, passa a ser uma crise de liderança de Mugabe. As divisões internas do partido começam a se acentuar com a questão da sucessão. Já em meados de 2017, iniciam-se rumores de que o Vice-Presidente, Mnangagwa, sairia do governo. A saída de Mnangagwa seria reflexo da divisão do ZANU-PF em dois grupos: o *Team Lacoste*<sup>15</sup>, que defenderia Mnangagwa como sucessor de Mugabe nas próximas eleições; e o *Generation 40*, que não teria um candidato para sucessão, mas seriam fortes apoiadores de Grace Mugabe (Africa Confidential 2017).

Ao longo do ano, as tensões dentro do governo aumentaram, tendo em vista a proximidade com as próximas eleições, que deveriam ocorrer em 2018, e a improvável manutenção de Mugabe no poder. A crise econômica, que não era nova, acentuava-se e passava a ser utilizada pelos opositores de Mugabe dentro do partido como justificativa para a suposta renovação.

É importante salientar que Mugabe estava enfrentando problemas nas suas relações com os militares. Em grande medida, os militares estavam descontentes, também, com a posição de Grace Mugabe e o seu eventual caminho para a sucessão de seu marido. Da mesma forma, a agência de inteligência zimbabuana também estaria internamente dividida, entre os apoiadores de uma eventual sucessão por Grace Mugabe e aqueles que apoiavam o General Chiwenga como homem forte do governo e sucessor natural de Mugabe (Cropley 2017).

No início de novembro, as movimentações para retirada de Mugabe do governo começam a ficar mais evidentes. O General Chiwenga, então Comandante das Forças de Defesa do Zimbábue, viaja para a China para encontrar o Ministro de Defesa Chinês. A visita tem o objetivo de buscar apoio para tomada de poder e a deposição de Mugabe, sob argumento de que um grupo do partido, apoiador de Grace Mugabe, estaria planejando ações de desestabilização das forças armadas. (Africa Confidential 2017b).

Simultaneamente à viagem de Chiwenga, Mugabe se desentende com Mnangagwa, acusando-o de provocar divisões no partido. As tensões entre Mugabe e Mnangagwa se ampliam, culminando com a retirada de Mnangagwa da Vice-Presidência em seis de novembro. Mugabe afirmou que o Vice estava adotando uma conduta desleal e, portanto, não poderia continuar no seu governo.

A saída de Mnangagwa do governo é o início de uma série de acontecimentos que, em poucos dias, culminaria com a queda de Mugabe do poder.

---

<sup>15</sup> Esse é o nome porque o apelido de Mnangagwa é Crocodilo.

Por um lado, Mugabe demite ministros próximos ao Mnangagwa e ameaça Chiwenga de prisão quando retornar ao Zimbábue. A oposição, por sua vez, continua as articulações para a deposição de Mugabe, inclusive com declarações públicas, como a de Mnangawa após sua saída (Africa Confidential 2017b).

Já em território nacional, Chiwenga acusa o partido dos problemas econômicos do país e afirma que o problema do partido seria a postura e as ações de membros que não estavam na guerra de libertação, numa clara referência ao *Generation 40*, grupo de apoio de Grace Mugabe. Nesse momento, já se iniciam os rumores de que Mugabe estaria preso em sua casa.

Em 15 de novembro, General Sibusiso Moyo faz uma declaração dizendo que Mugabe e a família estão seguros e bem, e que as ações desenvolvidas pelas forças militares do país apenas visam prender os criminosos que estariam cercado a família do Presidente e restabelecer a ordem no país. A partir desse dia, o país estaria sob o governo do Vice deposto, Mnangagwa.

Inicia-se, assim, um curto período de transição e incerteza. Durante aproximadamente, uma semana, as informações sobre a crise no Zimbábue não indicavam uma resolução definitiva. A condição e a postura de Mugabe ainda não eram claras e, embora as movimentações indicassem para uma possível renúncia, não havia declarações oficiais. Simultaneamente, manifestações populares pediam a renúncia do Presidente. E membros da ZANU-PF ligados ao *Generation 40*, inclusive Grace Mugabe, são expulsos do partido (International Crisis Group 2017).

Em 24 de novembro, após a renúncia de Mugabe<sup>16</sup>, Mnangagwa, oficialmente, assume a presidência do país. Ainda em 2017, Chiwenga sai da liderança das forças armadas e passa a ocupar o cargo de Vice-Presidente. O Zimbábue, assim, inicia 2018 com um novo governo e promessas de mudanças e reformas.

O novo governo foi, rapidamente, aceito como legítimo pelos demais Estados, inclusive os vizinhos africanos. É emblemático ressaltar que a SADC (2017b), cuja própria formação está fortemente vinculada à figura de Mugabe, reconheceu o novo governo em comunicado oficial:

O Secretariado da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) parabeniza Sua Excelência, Emmerson Dambudzo Mnangagwa, no seu juramento como Presidente da República do Zimbábue. [...]A posse de hoje é significativa para o povo do Zimbábue. SADC congratula a mensagem reconfortante que o Presidente

---

16 Deve-se ressaltar que quando Mugabe renunciou, o processo de impeachment já estava sendo encaminhado pela própria ZANU-PF, em acordo com o MDC.

Mnangagwa destinou aos zimbabuanos na sua chegada ao Zimbábue em 22 novembro de 2017, na qual ele promete conduzir a nação para uma ‘nova e manifesta democracia’, ressaltando a necessidade de união entre todos os zimbabuanos para o crescimento da economia e a garantia da paz e da prosperidade no seu país.<sup>17</sup>

Por outro lado, no mesmo dia, a SADC (2017a) também lança uma declaração exaltando Mugabe como um “verdadeiro vitorioso do Pan-Africanismo e da promoção da cooperação regional, do desenvolvimento e da integração”<sup>18</sup> e reconhecendo como acertada a decisão de renunciar e se retirar do poder. Fica claro, assim, que caso tentasse resistir, Mugabe, provavelmente, não encontraria apoio entre os vizinhos.

A saída de Mugabe do poder foi recebida com grande euforia pela comunidade internacional, especialmente os países ocidentais. A expectativa é de que o fim da era Mugabe traga mudanças na política e na economia do país. As mudanças na liderança, contudo, não parecem indicar grandes mudanças reais na condição política do país. É forçoso lembrar que, nada obstante Mugabe tenha sido retirado do poder, a ZANU-PF permanece como o partido no governo. Além disso, o novo governo não teve nenhuma ação que indicasse qualquer alteração profunda na forma de conduzir o país.

Alguns atores tiveram papel central nessas articulações que levariam a deposição de Mugabe. Mutsvangwa, um aliado de Mnangagwa, teria articulado a mudança no poder, tanto levando Mugabe a ceder, quanto reabilitando a imagem das forças armadas no país (Africa Confidential 2017c). Em troca, ele conquistaria um cargo no novo governo. Sua mulher, Monica Mutsvangwa já assumiu a presidência da Liga Feminina do partido, que antes era de Grace Mugabe.

A principal figura na nessa transição de poder, contudo, foi Chiwenga, que articulou a ‘Operação Restauração do Legado’<sup>19</sup>, para a tomada do poder.

---

17 Do original: “*The Secretariat of the Southern African Development Community (SADC) congratulates His Excellency, Emmerson Dambudzo Mnangagwa, on his swearing in as President of the Republic of Zimbabwe. [...] Today’s inauguration is significant for the people of Zimbabwe. SADC welcomes the reassuring message President Mnangagwa delivered to Zimbabweans on his arrival in Zimbabwe on 22 November 2017, in which he promised to lead the nation into a ‘new and unfolding democracy’, underscoring the need for unity among all Zimbabweans in growing the economy and ensuring peace and prosperity in their country.*”

18 Do original: “*as a true champion of Pan-Africanism, and in the promotion of regional co-operation, development and integration.*”

19 Do inglês, *Operation Restore Legacy.*

Chiwenga cumpriu o papel de mediador com as forças externas, garantindo o apoio de um dos principais parceiros políticos e econômicos do Zimbábue, a China. Além disso, mobilizou as forças militares para que a retirada de Mugabe pudesse ocorrer.

Em visita oficial a Moçambique, em janeiro de 2018, Mnangagwa anunciou que ocorrerão eleições em 4 ou 5 meses. O Presidente confirmou que observadores da *Commonwealth* serão convidados, juntos com observadores da ONU, para acompanhar o processo eleitoral. O anúncio de eleições atesta, em um primeiro momento, a ideia de que esse seria apenas um governo de transição até o novo pleito.

Como já foi mencionado anteriormente, as eleições estão previstas para agosto de 2018. Além do ZANU-PF e do MDC, principal partido de oposição, devem concorrer outros dois partidos: um liderado pelo ex-vice-presidente do ZANU-PF, Joice Mujuru; e outro dissidente do MDC, liderado por Elton Mangoma (Africa Confidential 2017c). A realização de eleições, contudo, embora já anunciada pelo presidente, ainda seria uma dúvida. Isso se deve ao próprio histórico de instabilidade política do país e a ausência de instituições independentes e confiáveis.

Segundo Fabricius (2018), Mnangagwa e a ZANU-PF, provavelmente, ganhariam as eleições, tendo em vista o capital político adquirido com a tomada do poder e a própria divisão da oposição, com o enfraquecimento do MDC. Soma-se a isso, a morte de Tsvangirai, a principal liderança do MDC e o provável candidato à presidência por esse partido.

Mnangagwa, contudo, não é uma unanimidade nem no país, nem na ZANU-PF. É preciso lembrar que o grupo *Generation 40* segue sendo um ponto de apoio de Grace Mugabe, contrário à presidência de Mnangagwa. Em algumas províncias, nas quais o *Generation 40* tem maior inserção, a figura de Mnangagwa não é bem aceita. Por outro lado, Mnangagwa teria o apoio da Inglaterra. Mesmo negando esse apoio oficialmente, o corpo diplomático britânico fez visitas à Mnangagwa e já há sinais de que o Zimbábue seria aceito de volta na *Commonwealth*<sup>20</sup> (Fabricius 2018). O retorno à *Commonwealth* estaria condicionado ao governo aceitar uma missão de observação eleitoral, o que garantiria maior credibilidade ao pleito aos olhos do ocidente do que apenas uma missão da União Africana. Explica-se, assim, a declaração de Mnangagwa quando da visita a Moçambique.

---

20 O país está suspenso indefinidamente da *Commonwealth* desde as eleições de 2002, reconhecidas como ilegítimas.

Soma-se a essas questões, o próprio contexto no qual Mnangagwa ascendeu ao poder. Nada obstante a aceitação dos demais países e a renúncia de Mugabe, o processo também pode ser entendido como um golpe, articulado pelos militares e com apoio externo, para a derrubada do ex-presidente. Com o intuito, entre outras coisas, de desfazer-se dessa imagem, Mnangagwa tem mantido uma relação amigável com Mugabe, fazendo declarações públicas elogiosas, inclusive.

Consoante Matyszak (2018), Mnangagwa defenderia a narrativa da ‘transição assistida por militares’, na qual o alvo não seria o Mugabe, mas os criminosos que o cercavam, incluindo a sua esposa, Grace. O objetivo de Mnangagwa seria não apenas manter uma boa imagem para os eleitores da ZANU-PF, mas também evitar a condenação dos vizinhos e das organizações regionais, especialmente a SADC e a União Africana.

## O Zimbábue pós-Mugabe

A saída do poder de Mugabe, depois de 37 anos no governo do Zimbábue, sem dúvida, é uma mudança importante. A figura de Mugabe representa uma geração de líderes que lutaram contra a presença colonial na África e contra o regime do *apartheid* na África do Sul. Durante a década de 1980, foi a grande liderança da África Austral, posto que, nos anos 1990, após o fim do *apartheid*, passou a disputar com Mandela. O longo histórico de crise econômica não impediu Mugabe de seguir defendendo sua posição de líder legítimo da região e, inclusive, de invocar esse papel histórico como forma de manter o apoio dos vizinhos e evitar a condenação pública de seus atos.

A implementação de grandes mudanças não é a expectativa geral. Nas palavras de Southall (2017, 83):

Certamente, os zimbabuanos tiveram poucas ilusões de que Mnangagwa estivesse decidido a iniciar uma transição para a democracia, embora muitos tenham esperanças de que ele realize reformas suficientes para tornar a vida mais tolerável do que foi durante os últimos dias de Mugabe<sup>21</sup>.

---

21 Do original: “*Certainly, Zimbabweans had few illusions that Mnangagwa was intent on launching a transition to democracy, although many had hopes that he would drive sufficient reforms to render life more tolerable than it had been during the last days of Mugabe*”.

A própria realização de eleições seria um fator de ceticismo entre a população do Zimbábue. Enquanto uma parte da população reconhece a importância do pleito como uma forma de legitimação do mandato, uma outra parcela acredita que, sem as reformas necessárias na legislação, as eleições não trariam nenhuma mudança significativa nas condições do país (International Crisis Group 2017).

A figura de Mnangagwa, como já mencionado anteriormente, também não traz grandes esperanças de mudanças na condução do país. Como lembra Southall (2017), Mnangagwa, um dos líderes do braço armado da ZANU-PF antes da independência, foi um dos principais idealizadores do estado de segurança implementado no Zimbábue. Foi ele, inclusive, quem comandou os atos de violência e perseguição contra a oposição nas eleições de 2008. Ressalte-se que, antes de assumir a Vice-Presidência, Mnangagwa era Ministro da Defesa.

Uma primeira indicação de que Mnangagwa não irá realizar reformas significativas é a formação de seu gabinete. Todos os indicados são membros da ZANU-PF; alguns, inclusive, já tinham ocupado cargos durante os governos de Mugabe. Destaca-se a indicação do General Moyo, um dos primeiros a dar declarações públicas sobre a ação militar para a retirada do poder de Mugabe, para o Ministério das Relações Exteriores. Além disso, a própria retirada do poder de Mugabe pode ser entendida como uma estratégia para manutenção da estrutura e da forma de condução do país, tendo em vista que a influência de Grace Mugabe não era bem vista pelas lideranças tradicionais do partido. Sua influência sobre Mugabe, portanto, significaria uma mudança não desejada (Melber 2017).

Para Southall (2017), o gabinete formado por Mnangagwa, mais do que indicar uma continuidade, evidencia a influência das forças militares no processo e indica que eles permanecerão presentes no governo. Deve-se lembrar que, além das indicações do gabinete, quem assumiu o posto de Vice-Presidente, foi Chiwenga, confirmando, assim, essa influência.

Do ponto de vista econômico, é possível que algumas mudanças, ainda que pequenas, sejam realizadas. Por óbvio, não é possível separar a esfera econômica da esfera política e os eventuais avanços que Mnangagwa pode fazer economicamente, especialmente através de recursos externos, depende de um bom andamento dessa transição política. O ponto de partida deve ser a realização de eleições, livres e reconhecidas como tal pelos observadores internacionais, ainda em 2018.

O problema reside nas ações necessárias para que as eleições ocorram dentro de padrões aceitáveis. Algumas reformas mínimas que deveriam ocorrer são: medidas para garantir a credibilidade da lista de votantes, a

independência na Comissão Eleitoral e a eliminação do poder do Executivo de vetar observadores das Missões de Observação Eleitorais (International Crisis Group 2017). É provável, todavia, que grande parte dos membros do gabinete de Mnagawa sejam contrários a essas reformas.

A realização de eleições, sem a figura de Mugabe e com possíveis reformas na legislação, coloca a luz nas forças de oposição. O principal grupo de oposição, o MDC, está enfrentando disputas internas após a morte de Tsvangirai. Além disso, existem grupos dissidentes, o que fragmenta a oposição, tornando o caminho mais fácil para a ZANU-PF.

As influências externas também devem ser consideradas no contexto de crise do Zimbábue. É importante ressaltar que a China nega qualquer envolvimento no processo que levou à retirada de Mugabe do poder. Não há declarações formais de nenhum país sobre o conhecimento do que estava sendo planejado no Zimbábue. De toda forma, a ausência de menções ou acusações de golpe nos comunicados oficiais dos países indica que, possivelmente, os países vizinhos e a própria China já tinham informações sobre a situação e, em alguma medida, entendem a saída de Mugabe como algo aceitável.

A relação da China com Zimbábue é histórica e data de antes da independência do país, quando a China apoiou o movimento de libertação liderado por Mugabe. A proximidade entre Harare e Pequim permaneceu ao longo dos anos. Atualmente, a China é o principal investidor externo do país, com investimentos nas mais diversas áreas, especialmente infraestrutura e recursos naturais (Nunoo 2017). Além disso, o Zimbábue é o segundo principal parceiro comercial da China no Continente Africano em valores absolutos, atrás, apenas, da África do Sul (Hogwe e Banda 2017).

Não se pode esquecer que uma das pedras fundamentais da política externa chinesa é a não interferência em assuntos domésticos<sup>22</sup>. É, inclusive, esse princípio que fundamenta a relação da China com vários países africanos que sofrem sanções dos países ocidentais. Uma das principais características das relações China-África é não condicionar as relações econômicas a exigências de mudanças políticas. A exceção é a política de *One China*, ou seja, a necessidade de reconhecer Taiwan como parte da China e não como território independente.

---

22 A síntese das linhas gerais da política externa chinesa está nos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica estabelecidos em dezembro de 1953, pelo Ministro das Relações Exteriores chinês Zhou Enlai, quando das negociações de paz entre China e Índia sobre o Tibet. Os Cinco Princípios são respeito mútuo à soberania e à integridade territorial, não-agressão, não-interferência nos assuntos internos, igualdade e benefícios mútuos, e coexistência pacífica.

Essa postura chinesa, no caso do Zimbábue, indica duas conclusões importantes. A primeira é de que é altamente improvável que Pequim faça qualquer declaração oficial sobre um eventual apoio ao processo que retirou Mugabe do poder. Ainda que a China estivesse ciente do que iria acontecer, tendo em vista a visita de Chiwenga alguns dias antes do início da crise, tal fato não terá confirmação oficial. A segunda conclusão é que, independente de quem está no poder ou das eventuais mudanças que podem ser implementadas por Mnangagwa, as relações entre China e Zimbábue devem permanecer inalteradas.

Do ponto de vista regional, é importante destacar a postura da África do Sul. A África do Sul, como já mencionado anteriormente, atuou como mediadora, indicada pela SADC, nas crises anteriores do Zimbábue. Sua atuação foi marcada por uma postura bastante hesitante, sem condenações públicas do governo de Mugabe e com uma ação mais silenciosa. A reação de Pretória à saída do poder de Mugabe não fugiu a esse histórico. Acompanhando o posicionamento da SADC e da União Africana, o governo sul-africano reconheceu como legítimo o processo de transição liderado pelos militares e o novo governo de Mnangagwa. Deve-se registrar que, nesse momento, o Congresso Nacional Africano também estava vivendo um período de tensão, com divisões internas e problemas sucessórios que culminariam com a renúncia de Jacob Zuma.

## Considerações Finais

Muitos países africanos são marcados por longos governos de um único líder, como foi o caso de Angola e do Zimbábue. O impacto dessa ausência de alternância no poder é notório, com restrições claras às liberdades democráticas e frequentes conflitos internos. A saída de um governante do poder, contudo, não necessariamente, significa mudança na condução do governo. O fim da era Mugabe no Zimbábue não foi o fim da era ZANU-PF.

O fato de o governo ter sido assumido pelo ex-Vice-Presidente, que também compôs um gabinete formado por membros do governo de Mugabe, é um indicativo importante de que troca de liderança no Zimbábue, provavelmente, não trará grandes mudanças para o país. A ZANU-PF permanece no poder e, com ela, a grande maioria daqueles que conduziram as políticas do governo Mugabe. A própria ação para retirada do poder de Mugabe, conduzida pelos militares, foi orquestrada com o intuito de manter no poder as forças tradicionais e evitar uma possível ascensão ao poder do grupo liderado por Grace Mugabe.

A postura dos países vizinhos corrobora a visão de que as condições institucionais do Zimbábue devem se manter, pelo menos no curto prazo. Tanto a África do Sul, umas das principais lideranças da região, quanto as organizações regionais diretamente envolvidas – SADC e União Africana –, rapidamente reconheceram como legítimo o novo governo. Tal posicionamento indica, não só a aceitação do processo que culminou com a renúncia de Mugabe, como o entendimento de que não há nenhuma grande ruptura acontecendo, seja ela positiva ou não. É relevante lembrar que a própria África do Sul também está enfrentando uma situação de instabilidade, ainda que não haja indicativos de problemas institucionais, com a renúncia de Jacob Zuma, após as pressões do Congresso Nacional Africano.

Sendo assim, apesar das pressões ocidentais por reformas democratizantes no Zimbábue, especialmente no que se refere à legislação eleitoral, não há indicativos de que tais mudanças ocorrerão efetivamente. Ainda que a realização das eleições em 2018 se confirme, o que provavelmente irá acontecer, elas não devem ser garantia de mudança. É importante lembrar que as eleições sempre foram realizadas no país, nada obstante, muitas vezes, não terem sido reconhecidas como legítimas pelos observadores externos. A eleição de 2018 deve se dar num contexto de fortalecimento da ZANU-PF pelos acontecimentos recentes e, mais uma vez, de fragmentação e enfraquecimento da oposição, com as divisões do MDC e a morte de Tsvangirai. O fim da era Mugabe, assim, não encerra o controle das antigas forças no poder.

## REFERÊNCIAS

- Africa Confidential. 2017. *Mugabe the juggler*. V. 58, n.13, 23 jun 2017. [https://www.africa-confidential.com/article/id/12031/Mugabe\\_the\\_juggler](https://www.africa-confidential.com/article/id/12031/Mugabe_the_juggler).
- \_\_\_\_\_. 2017b. *The Crocodile Snaps Back*. V.58, n.23, 16 nov 2017b. [https://www.africa-confidential.com/article/id/12165/The\\_crocodile\\_snaps\\_back](https://www.africa-confidential.com/article/id/12165/The_crocodile_snaps_back).
- \_\_\_\_\_. 2017c. *Hopes and fears for the new old guard*. V.58, n.24, 1st dec 2017c. [https://www.africa-confidential.com/article/id/12178/Hopes\\_and\\_fears\\_for\\_the\\_new\\_old\\_guard](https://www.africa-confidential.com/article/id/12178/Hopes_and_fears_for_the_new_old_guard).
- Alden, Chris. 2010. “‘A Pariah in our Midst’: Regional Organizations and the problematic of Western-designated pariah regimes – The cases of SADC/Zimbabwe and ASEAN/Myanmar”. Crisis States Research Centre/LSE, *Working Paper nffl73*.

- Bertelsmann Stiftung's Transformation Index (BTI). 2016. *Zimbabwe Country Report*. Gutersloch: Bertelsmann Stiftung.
- Cawthra, Gavin. 2010. "The Role of SADC in Managing political crises and conflict – The Cases of Madagascar and Zimbabwe". Friedrich Ebert Stiftung, *FES Peace and Security Series* nffl2.
- Chirambo, Kondwani & Motsamai, Dimpho. 2016. "The 2015 SADC Election Guidelines: can they work?" Institute for Security Studies, *Southern Africa Report*, Issue 5.
- Cropley, Ed. 2017. *Special Report: Meet the force behind Zimbabwe's 'Crocodile' president*. Reuters, December 30. <https://www.reuters.com/article/us-zimbabwe-mnangagwa-generals-specialre/special-report-meet-the-force-behind-zimbabwes-crocodile-president-idUSKBN1%E2%80%A6>.
- Fabricius, Peter. 2018. "Will Mnangagwa pull off another 'coup' this year?" Institute for Security Studies, *ISS Today*. <https://issafrica.org/iss-today/will-mnangagwa-pull-off-another-coup-this-year>.
- Farley, Jonathan. 2008. *Southern Africa*. New York: Routledge.
- Freedom House. 2017. *Freedom in the World 2017*. <http://www.freedomhouse.org/report/freedom-world/freedom-world-2017>.
- Hogwe, Fortune & Banda, Handson. 2017. "The nature of China's role in development of Africa: the case of Zimbabwe". *Problems and Perspectives in Management*, V.15, n.1.
- International Crisis Group. 2016. "Zimbabwe: Stranded in Stasis". *Crisis Group Africa Briefing* N°118, Johannesburg /Brussels.
- \_\_\_\_\_. 2017. "Zimbabwe's "Military-Assisted Transition" and Prospects for Recovery". *Briefing*, 20 December. <http://www.crisisgroup.org/africa/southern-africa/zimbabwe/b134-zimbabwes-military-assisted-transition-and-prospects-recovery>.
- Matlosa, Khabele. 2009. "The Role of Southern African Development Community in the Management of Zimbabwe's post-election Crises". *Journal of African Elections*, V.8, n.2.
- Matyszak, Derek. 2018. "Mugabe: Mnangagwa's permanent friend". *ISS Today*. [https://issafrica.org/iss-today/mugabe-mnangagwas-permanent-friend?utm\\_source=BenchmarkEmail&utm\\_campaign=ISS\\_Weekly&utm\\_medium=email](https://issafrica.org/iss-today/mugabe-mnangagwas-permanent-friend?utm_source=BenchmarkEmail&utm_campaign=ISS_Weekly&utm_medium=email)

- Melber, Henning. 2017. "Stopping a Dynasty Does Not Mean Democracy". *Development and Cooperation (D+C)*, 14 December. <http://www.dandc.eu/en/article/mugabe-era-over-mugabeism-likely-live>.
- Minillo, Xaman. 2011. *Survival Strategies of the Mugabe Regime in the Post-Cold War World*. IPSA Joint conference with ECPR, São Paulo. [http://paperroom.ipsa.org/papers/paper\\_26325.pdf](http://paperroom.ipsa.org/papers/paper_26325.pdf).
- Modeni, Sibanda M. 2014. "SADC Mediation in Zimbabwe's Global Political Agreement (GPA)". *Africa's Public Service Delivery & Performance Review*, Vol 2, No 2.
- Mutisi, Martha. 2015. "The Crisis of Postcolonialism in Southern Africa: SADC and Conflict Intervention in Zimbabwe". In: Omeje, Kenneth (Ed.). *The Crises of Postcoloniality in Africa*. Dakar: CODESRIA.
- Ndlovu-Gatsheni, Sabelo J. 2003. "Dynamics of the Zimbabwe Crises in the 21st Century". *African Centre for the Constructive Resolution of Disputes*, v.3, n1, South Africa.
- Nunoo, Isaac. 2017. "Mugabe Out, Mnangagwa In: Where Does China Fit In?" *Xinhua World News*, 27 nov. <https://intpolicydigest.org/2017/11/27/mugabe-out-mnangagwa-in-where-does-china-fit-in/>.
- Schutz, Nathaly Silva Xavier. 2014. *Integração na África Austral: A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e os Condiçionantes Históricos e Políticos da Integração*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Porto Alegre.
- Southall, Roger. 2017. "Bob's Out, the Croc Is In: Continuity or Change in Zimbabwe?". *Africa Spectrum*, v.52, n.3.

## RESUMO

Em novembro de 2017, depois de 37 anos, encerrou-se o governo de Robert Mugabe no Zimbábue. A mudança no poder é um marco na história do país e do Continente Africano como um todo. O objetivo do artigo é analisar os fatores que condicionaram a queda do poder de Mugabe e as possíveis mudanças no contexto político do país. Parte-se do pressuposto de que as relações externas do país, aliadas às divisões internas do partido, condicionaram a crise que culminou com o fim do governo de Mugabe. A postura de não interferência nos assuntos domésticos tanto dos vizinhos africanos, quanto do principal parceiro econômico do Zimbábue, a China, da mesma forma que possibilitou a manutenção de Mugabe no poder ao longo de quase quatro décadas, também propiciou que a transição para Mnangagwa, assistida pelos militares, ocorresse sem maiores intercorrências. As disputas internas da ZANU-PF, por sua vez, alimentadas pela necessidade cada vez maior de que Mugabe indicasse um sucessor, gradualmente, foram enfraquecendo o poder de Mugabe e criando novas alianças. A mudança na figura de liderança do país, todavia, não parece indicar alterações significativas nas condições políticas do país, nada obstante algumas modificações na condução da economia possivelmente ocorram.

## PALAVRAS-CHAVE

África; crise política; Zimbábue.

*Recebido em 8 de abril de 2018.  
Aprovado em 6 de junho de 2018.*